

## INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

### Entidade que analisa tributos globais acusa BAT de manobrar contabilidade em países para transferir lucros para a sede

No Brasil, país citado no relatório, AGU cobra da Indústria do Tabaco ressarcimento de gastos na saúde

A *British American Tobacco* (BAT), controladora da Souza Cruz, foi acusada de privar os países em desenvolvimento de milhões de dólares em impostos usando “manobras financeiras” para transferir lucros para a sede no Reino Unido.

A *Tax Justice Network* (TJN), organização que monitora os tributos globais, estimou que a BAT, com sede em Londres, manobrou para não pagar US\$ 700 milhões até 2030 em países como Brasil, Bangladesh, Indonésia, Quênia, Guiana e Trinidad e Tobago.

Desde 2016, a BAT, acionista majoritária da Souza Cruz, não atua mais na bolsa de valores após adquirir todas as ações em circulação, fechando o capital da fabricante brasileira.

A TJN disse que em 2016 a BAT conseguiu transferir US\$ 941 milhões, cerca de 12% do lucro de empresas estrangeiras para sua subsidiária britânica, a BAT Holdings.

Informou ainda que reduziu a carga de impostos da companhia, em parte porque o imposto de corporação britânica é estimado em 19%, menor do que muitos dos países nos quais a BAT vende cigarros.

Em relatório intitulado “Ashes to Ashes”, a TJN disse que as práticas da BAT “fogem das alegações das empresas de tabaco de serem fornecedores essenciais de impostos para países de baixa e média renda, onde 80% dos 1.1 bilhões de fumantes vivem no mundo”.

O diretor executivo da TJN, Alex Cobham, disse que os “cigarros não apenas impõem enormes custos humanos, mas aqueles que lucram com eles estão privando ativamente os países de baixa renda do financiamento público que precisam para fornecer serviços de saúde às pessoas”, e “no mínimo, os governos devem exigir que as empresas de tabaco publiquem relatórios nesses países para garantir que os lucros sejam tributados nas comunidades em que foram criados, e não nos paraísos fiscais para os quais foram desviados.”.

Entre os métodos utilizados pela BAT, o de acordos em que uma empresa estrangeira paga royalties ao Reino Unido, e cobra taxas de juros de subsidiárias estrangeiras sobre empréstimos, alguns encaminhados por áreas de baixa tributação, como a Holanda.

Um porta-voz da BAT disse que “não aceita que haja qualquer evasão ou perda de impostos para os países envolvidos da maneira apresentada pelo relatório”, e alegou que “o grupo cumpre integralmente toda a legislação tributária aplicável onde realiza negócios, opera as transações que ocorrem entre empresas do grupo com base no

mercado (a taxas de mercado) e é um contribuinte significativo de impostos para governos em todo o mundo.

Paralelamente à denúncia da TJN, o Brasil, através da Advocacia-Geral da União (AGU) pediu à Justiça Federal que condene as fabricantes de cigarros e suas matrizes no exterior a ressarcirem os gastos da rede pública de saúde com tratamentos de doenças causadas pelo tabaco nos últimos cinco anos. O valor a ser ressarcido ainda será calculado, caso a sentença seja favorável à União.

Na ação civil pública que protocolou, na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, a AGU cobra o ressarcimento dos gastos da União com o tratamento de pacientes com 26 doenças cujo nexó causal epidemiológico com o consumo ou simples contato com a fumaça dos cigarros está cientificamente comprovada.

Os alvos da ação são a Souza Cruz (BAT) e a Philip Morris e suas controladoras internacionais. Juntos, os dois grupos detêm aproximadamente 90% do mercado nacional de fabricação e comércio de cigarros. No caso de câncer de pulmão, por exemplo, há estudos que, segundo a AGU, atestam que 90% da incidência da doença é consequência do uso do cigarro.

Fonte: The Guardian – Edição: SE-Conicq

<https://www.theguardian.com/business/2019/apr/30/tobacco-firm-bat-costs-developing-countries-700m-in-tax>